



CLIPPING INTERNET
25/05/2019 ATÉ 25/05/2019



INDÍCE

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SITE FOLHA DO CERRADO.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 RÁDIO NOTÍCIA MARANHÃO.....	2
3	DECISÕES	
	3.1 RÁDIO NOTÍCIA MARANHÃO.....	3
	3.2 SITE DIÁRIO DE BALSAS.....	4
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	5
	4.2 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	6
5	EXECUÇÕES PENAIS	
	5.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	7
6	INSTITUCIONAL	
	6.1 BLOG ATUAL 7.....	8 9
	6.2 BLOG DO NETO FERREIRA	10
	6.3 BLOG JORGE ARAGÃO.....	11
	6.4 SITE AGÊNCIA DE NOTÍCIAS BALUARTE.....	12
	6.5 SITE JORNAL O DEBATE.....	13
	6.6 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	14 15
7	JUIZADOS ESPECIAIS	
	7.1 SITE NOCA.....	16
8	JUÍZES	
	8.1 SITE AGORA SANTA INÊS.....	17
	8.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	18
9	PRECATÓRIOS	
	9.1 SITE O PROGRESSO.....	19
10	VARA CRIMINAL	
	10.1 SITE MA 10.....	20 21
11	VARA DA FAMÍLIA	
	11.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	22
12	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	12.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	23 24

Inaugurada nova sede das Promotorias de Justiça do Município de Timon - MA

O Ministério Público do Maranhão realizou nesta sexta-feira, 24, às 9h, a inauguração da nova sede das Promotorias de Justiça de Timon, situada no Beco Paulo Ramos, S/N, Centro de Timon. O prédio recebeu o nome da promotora de justiça Elda Maria Alves Moureira.

Com 793,31m² de área construída, em quatro pavimentos, o projeto foi desenvolvido com o objetivo de melhorar o atendimento ao público e proporcionar condições adequadas para a atuação de membros e servidores da instituição. O custo total da obra foi de R\$ 2,4 milhões.

O prédio conta com 14 gabinetes para promotores, 14 salas de assessores, uma sala de reunião e videoconferência, quatro banheiros masculinos acessíveis, quatro banheiros femininos acessíveis, três copas de apoio, quatro depósitos de material de limpeza (DML), recepção e elevador, entre outras instalações.

A primeira atividade da solenidade foi o hasteamento das bandeiras do Brasil, do Maranhão e do Ministério Público, feita pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; pelo corregedor nacional do Ministério Público, Orlando Rochadel Moreira; pelo prefeito de Timon, Luciano Leitoa; pelo procurador-geral de justiça do MP do Piauí, Cleandro Alves de Moura; pelo diretor das Promotorias de Justiça de Timon, Francisco Fernando de Moraes Meneses Filho; e pelo corregedor-geral do MPMA em exercício, Marco Antonio Anchieta Guerreiro.

Após o descerramento da fita de inauguração, o diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça, promotor de justiça Emmanuel Guterres Soares, apresentou o relatório resumido dos recursos investidos na obra, bem como dos benefícios efetivados, destacando que os trabalhos foram realizados dentro do prazo previsto no contrato.

De acordo com Emmanuel Soares, a antiga sede das promotorias será reformada e nela será instalado um auditório, além das instalações do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) da Região dos Cocais e da Promotoria de Justiça Regional da Ordem Econômica e Combate à Sonegação Fiscal.

O diretor da PGJ também agradeceu pelo encaminhamento de uma emenda parlamentar de R\$ 1 milhão, pelo então deputado estadual Alexandre Almeida, presente à solenidade, cujo valor foi aplicado na obra em Timon.

O diretor das Promotorias de Timon, Francisco Fernando Meneses Filho, falou sobre a importância do Ministério Público na defesa da sociedade e da expectativa de toda a equipe das Promotorias de Timon pela nova sede. "Ao mesmo tempo em que se asseguram excelentes condições de trabalho aos membros e servidores, garante-se conforto e humanidade àqueles que nos demandam", afirmou.

O prefeito de Timon, Luciano Leitoa, parabenizou pela construção da nova sede e ressaltou a importância do Ministério Público para o desenvolvimento do município e do apoio da instituição a ações desenvolvidas pela

administração municipal. "Se todas as instituições ajudarem, nós podemos avançar", observou.

HOMENAGENS

Durante a cerimônia de inauguração da nova sede das Promotorias de Justiça de Timon, foram entregues uma série de placas de homenagens. As filhas da promotora Elda Moureira, Ana Caroline Moureira e Ana Luíza Moureira, receberam a homenagem à sua mãe, falecida em 2013.

Também foram homenageados o corregedor nacional do MP, Orlando Rochadel, o desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto (representado por seu primo Kennedy Gedeon), que foi promotor de justiça em Timon entre os anos de 1990 e 1991, a procuradora de justiça aposentada Alzira Normandia Veras e os promotores de justiça aposentados Marco Antônio Ferreira da Silveira e Nicolau Waquim Neto e o PGJ do MPPI, Cleandro Moura.

Representando os homenageados, o corregedor nacional do MP, Orlando Rochadel agradeceu pela placa e parabenizou o Ministério Público maranhense pela inauguração da obra em Timon. "São poucos os lugares no Brasil, há capitais que não têm obras desse porte", observou. Rochadel afirmou ainda que, mais importante que a construção, é o serviço que será prestado nele, o atendimento às pessoas mais humildes que buscam o apoio do Ministério Público.

O procurador-geral de justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, celebrou a inauguração da nova sede das Promotorias de Justiça de Timon, uma das quase 30 entregues nos últimos três anos. "Não por outra razão é que o MPMA figura como o segundo melhor do país, no aspecto de estrutura física, de acordo com dados objetivos do CNMP, com sedes próprias, a maioria delas recentemente entregues ou reformadas", destacou.

Luiz Gonzaga Coelho também lembrou de todos os membros e servidores que atuaram no Ministério Público e ajudaram a construir a instituição de hoje. "Homens e mulheres que ao longo de décadas prestaram relevante serviço em favor da comunidade, dedicando toda a sua capacidade em prol dos objetivos maiores buscados pelo MP".

O chefe do MP maranhense ressaltou, ainda, que aquele é um espaço de justiça, a porta de entrada da cidadania, no qual as pessoas buscam a solução de seus conflitos e angústias. "Nossa missão é servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justiça e na defesa da democracia", afirmou Luiz Gonzaga Coelho.

Estiveram presentes à cerimônia de inauguração os procuradores-gerais de justiça dos estados da Bahia, Ediene Santos Lousado; de Pernambuco, Francisco Dirceu Barros; e do Rio Grande do Norte, Eudo Rodrigues Leite. Representando o Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão, esteve presente a procuradora de justiça Selene Coelho de Lacerda. A Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão foi representada por seu vice-presidente, Gilberto Câmara França Júnior.

Também participaram autoridades do MPMA, do Judiciário, do Legislativo e Executivo municipais, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Polícia Militar, líderes comunitários, religiosos e representantes da sociedade civil de Timon.

Roberto Rocha pede a Alcolumbre e Dodge entrada da PF e MPF em caso de espionagem no MA

Segundo o delegado Ney Anderson, senador teria sido um dos alvo do secretário de Segurança Jefferson Portela

24/05/2019 18h59min - Atualizado em 24/05/2019 19h00min

YURI ALMEIDA

O senador e líder do PSDB no Senado, Roberto Rocha (MA), pediu ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM), e a chefe da Procuradoria-Geral da República (PGR), Raquel Dodge, a entrada da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF) no caso de suposta espionagem no Maranhão, segundo o delegado de Polícia Civil Ney Anderson, a mando do secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela.

O ofício a Alcolumbre e a representação a Dodge foram protocoladas nesta sexta-feira 24. O blog do Neto Ferreira e o ATUAL7 são citados nos documentos como fonte de informação sobre o escândalo, para a solicitação das medidas investigativas.

“Dirijo-me a V. Exa. a fim de solicitar a adoção de medidas investigativas junto à Polícia Federal e aos órgãos internos do Senado Federal, bem como das demais providências que julgar cabíveis, com o objetivo de apurar e elucidar os acontecimentos, bem como responsabilizar os culpados, em razão dos fatos narrados nas matérias veiculadas no Blog do Neto Ferreira (...) e no portal <https://atual7.com/>, que acusam o Secretário de Segurança Pública do Estado do Maranhão - MA, Jefferson Portela, de ordenar espionagem a desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e à [sic] este Senador da República”, requisitou Roberto Rocha a Alcolumbre.

“Verifica-se, portanto, que o Secretário de Segurança Pública, valeu-se das prerrogativas de seu cargo para de maneira indevida e ilegal, promover a investigação de agentes públicos e políticos de maneira dissociada do interesse público”, ressaltou o senador a Dodge, na representação.

De acordo com carta do delegado Ney Anderson, a arapongagem ao tucano teria sido solicitada no mesmo modus operandi da, segundo o delegado da Polícia Civil, ordenada por Portela aos magistrados da Corte maranhense: iniciando por seus familiares. Ele relata, ainda, que a suposta ilegalidade teria ocorrido durante as eleições de 2018, quando Roberto Rocha disputou o comando do Palácio dos Leões contra o governador Flávio Dino (PCdoB), tendo o comunista sido reeleito.

Atendendo demanda do presidente do TJ-MA, desembargador Joaquim Figueiredo, a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) abriu investigação sobre as denúncias. O caso poderá, ainda, ganhar repercussão na Câmara dos Deputados, caso aceito pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Casa pedido do deputado federal Aluísio Mendes (Pode-MA), para que seja realizada audiência pública com o objetivo de ouvir os delegados da Polícia Civil que acusam Jefferson Portela da ilegalidade.

No bojo das investigações na PGJ-MA, poderá também haver uma auditoria no sistema Guardiã e o

afastamento imediato de Portela do cargo, conforme cobrança do deputado federal Edilázio Júnior (PSD-MA).

Portela nega as acusações. Ele representou criminalmente Tiago Bardal e Ney Anderson, além do signatário deste texto, Neto Ferreira e o repórter Stênio Johnny, por haverem tornado o caso público.

Espionagem: em MT, secretário de Segurança foi afastado e usou tornozeleira

No Maranhão, titular da pasta balança no cargo após ser acusado pelo ex-chefe do DCCO de haver determinado monitoramento e escutas clandestinas a desembargadores

25/05/2019 10h32min - Atualizado em 25/05/2019 11h19min

YURI ALMEIDA

No Mato Grosso, caso semelhante ao experimentado no Maranhão pelo secretário de Segurança Pública Jefferson Portela levou à queda o então titular da Secretaria de Segurança Pública (Sesp) daquele Estado, Rogers Jarbas, além de busca e apreensão nas dependências da pasta.

Ocorrido em 2017, o afastamento de Jarbas foi determinado pela Justiça após suspeitas de que ele estaria prejudicando investigações sobre o esquema de grampos a um desembargador, políticos, advogados, servidores públicos e até a jornalistas. Ainda por decisão da Justiça, ele teve o celular apreendido e passou a ser monitorado por meio de tornozeleira eletrônica.

O caso de Portela também tem relação com escutas ilegais, mas é bem mais grave, já que tem o próprio secretário como pivô da suposta arapongagem.

Segundo o delegado licenciado da Polícia Civil do Maranhão e ex-chefe do DCCO (Departamento de Combate ao Crime Organizado), Ney Anderson Gaspar, o titular da SSP-MA teria determinado, por diversas vezes, a realização de monitoramento e escutas clandestinas a diversos desembargadores, além de assessores e familiares desses magistrados e um senador da República. Portela nega as acusações, e representou criminalmente profissionais de imprensa, incluindo este signatário, por tornar pública as denúncias.

Como Rogers Jarbas em Mato Grosso, o titular da SSP-MA pode também ser afastado pela Justiça, em atendimento a eventual pedido da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) do Maranhão, onde há pelo menos duas investigações instauradas para apurar os fatos.

A primeira foi aberta no início desta semana, por demanda do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo. A outra nessa sexta-feira 24, protocolada pelo deputado federal Edilázio Júnior (PSD-MA), inclusive com pedido o afastamento imediato de Jefferson Portela do cargo, para garantir imparcialidade e transparência nas investigações.

Há ainda a iminência da entrada do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal (PF) nas investigações, a pedido do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), citado por Ney Anderson como alvo de Portela no escândalo. Com a entrada do MPF e da PF no caso, até mesmo o possível envolvimento do governador Flávio Dino (PCdoB) na suposta arapongagem pode ser apurado.

Ofício ao presidente do Senado pede que PF apure espionagem a políticos e desembargadores

Foi pedido ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), através de ofício, para que a Casa solicite junto à Polícia Federal providências acerca das denúncias que acusam o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, de mandar espionar desembargadores e políticos maranhenses.

O ofício foi protocolado pelo congressista Roberto Rocha (PSDB-MA), após vir à tona por meio de uma carta escrita pelo delegado Ney Anderson de que tinha sido alvo de investigação a mando de Portela, pois poderia atrapalhar as eleições de 2018 (releia). Na época, o tucano era candidato a governador do Estado e opositor do governador Flávio Dino (PSDB).

"Dirijo-me à V. Exa. a fim de solicitar adoção de medidas investigativas junto à Polícia Federal e aos órgãos internos do Senado Federal, bem como das demais providências que julgar cabíveis, com o objetivo de apurar e elucidar os acontecimentos, bem como responsabilizar os culpados", disse Roberto Rocha.

Ao ver seu nome em uma série de denúncias, Jefferson Portela concedeu entrevista negando todas as acusações e disse, ainda, que Tiago Bardal e Ney Anderson serão responsabilizados criminalmente por divulgar o caso.

O procurador geral de Justiça, Luiz Gonzaga, abriu investigação para apurar os relatos a pedido do presidente do TJMA, José Joaquim Figueiredo (relembre aqui).

Baixe o documento aqui

Roberto Rocha quer PF investigando eventuais grampos ilegais no MA

A cada dia a situação vai ficando mais complicada e mais órgãos tendem a investigar as graves denúncias dos delegados do Maranhão, Thiago Bardal e Ney Anderson, sobre eventuais grampos ilegais e investigações não autorizadas contra políticos e desembargadores maranhenses.

O senador Roberto Rocha (PSDB), uma das supostas vítimas da espionagem, deu entrada na Mesa Diretora do Senado Federal e na Procuradoria Geral da República, solicitando que a Polícia Federal investigue o caso.

Os dois delegados, que já ocuparam cargos de extrema confiança na gestão comunista, tem acusado o atual secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela de monitorar e mandar investigar desembargadores, filhos de desembargadores e políticos no Maranhão. Todas as investigações não teriam autorização e seriam ilegais. Jeferson Portela tem negado as acusações.

Além da solicitação de Roberto Rocha para que a Polícia Federal investigue o caso, o Tribunal de Justiça do Maranhão já acionou o STF (Supremo Tribunal Federal), CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e PGJ (Procuradoria Geral de Justiça) para que também apurem as graves denúncias.

Já o deputado federal Aluísio Mendes (PODEMOS), solicitou na Câmara Federal que os dois delegados sejam ouvidos pela Comissão de Segurança da Casa.

Desafio - Na sexta-feira (24), o deputado federal Edilázio Júnior (PSD) pediu ao governador Flávio Dino o afastamento do secretário Jefferson Portela, para não atrapalhar nas investigações, afinal é dele o comando da Segurança do Maranhão.

Edilázio ainda fez um desafio ao governador e ao próprio Portela. O deputado pediu que fosse aberta a "caixa-preta" do Guardiã, que é utilizado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública na interceptação telefônica de investigados.

"Se na auditoria do sistema forem encontrados os números telefônicos das pessoas citadas pelos delegados, confirma-se aí a veracidade da denúncia. Se não, ambos podem ser responsabilizados na forma da lei. O fato é que caso é grave e precisa de respostas. Quem não deve, não teme, e o próprio Flávio Dino e o Jefferson Portela deviam abrir essa 'caixa-preta' para esclarecer essa denúncias. Eu desafio que um dos dois faça isso", afirmou Edilázio.

É aguardar e conferir, mas pelo visto, não é possível, que com tantas investigações não se chegue a uma resposta conclusiva sobre as denúncias.

Promotorias de Justiça de Timon tem nova sede

O prédio recebeu o nome da promotora de justiça Elda Maria Alves Moureira e o projeto foi desenvolvido com o objetivo de melhorar o atendimento ao público

O Ministério Público do Maranhão realizou nesta sexta-feira, 24, às 9h, a inauguração da nova sede das Promotorias de Justiça de Timon, situada no Beco Paulo Ramos, S/N, Centro de Timon. O prédio recebeu o nome da promotora de justiça Elda Maria Alves Moureira.

Com 793,31m² de área construída, em quatro pavimentos, o projeto foi desenvolvido com o objetivo de melhorar o atendimento ao público e proporcionar condições adequadas para a atuação de membros e servidores da instituição. O custo total da obra foi de R\$ 2,4 milhões.

O prédio conta com 14 gabinetes para promotores, 14 salas de assessores, uma sala de reunião e videoconferência, quatro banheiros masculinos acessíveis, quatro banheiros femininos acessíveis, três copas de apoio, quatro depósitos de material de limpeza (DML), recepção e elevador, entre outras instalações.

A primeira atividade da solenidade foi o hasteamento das bandeiras do Brasil, do Maranhão e do Ministério Público, feita pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; pelo corregedor nacional do Ministério Público, Orlando Rochadel Moreira; pelo prefeito de Timon, Luciano Leitoa; pelo procurador-geral de justiça do MP do Piauí, Cleandro Alves de Moura; pelo diretor das Promotorias de Justiça de Timon, Francisco Fernando de Moraes Meneses Filho; e pelo corregedor-geral do MPMA em exercício, Marco Antonio Anchieta Guerreiro.

Após o descerramento da fita de inauguração, o diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça, promotor de justiça Emmanuel Guterres Soares, apresentou o relatório resumido dos recursos investidos na obra, bem como dos benefícios efetivados, destacando que os trabalhos foram realizados dentro do prazo previsto no contrato.

De acordo com Emmanuel Soares, a antiga sede das promotorias será reformada e nela será instalado um auditório, além das instalações do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) da Região dos Cocais e da Promotoria de Justiça Regional da Ordem Econômica e Combate à Sonegação Fiscal.

O diretor da PGJ também agradeceu pelo encaminhamento de uma emenda parlamentar de R\$ 1 milhão, pelo então deputado estadual Alexandre Almeida, presente à solenidade, cujo valor foi aplicado na obra em Timon.

O diretor das Promotorias de Timon, Francisco Fernando Meneses Filho, falou sobre a importância do Ministério Público na defesa da sociedade e da expectativa de toda a equipe das Promotorias de Timon pela nova sede. "Ao mesmo tempo em que se asseguram excelentes condições de trabalho aos membros e servidores, garante-se conforto e humanidade àqueles que nos demandam", afirmou.

O prefeito de Timon, Luciano Leitoa, parabenizou pela construção da nova sede e ressaltou a importância do Ministério Público para o desenvolvimento do município e do apoio da instituição a ações desenvolvidas pela administração municipal. "Se todas as instituições ajudarem, nós podemos avançar", observou.

HOMENAGENS

Durante a cerimônia de inauguração da nova sede das Promotorias de Justiça de Timon, foram entregues uma série de placas de homenagens. As filhas da promotora Elda Moureira, Ana Caroline Moureira e Ana Luíza Moureira, receberam a homenagem à sua mãe, falecida em 2013.

Também foram homenageados o corregedor nacional do MP, Orlando Rochadel, o desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto (representado por seu primo Kennedy Gedeon), que foi promotor de justiça em Timon entre os anos de 1990 e 1991, a procuradora de justiça aposentada Alzira Normandia Veras e os promotores de justiça aposentados Marco Antônio Ferreira da Silveira e Nicolau Waquim Neto e o PGJ do MPPI, Cleandro Moura.

Representando os homenageados, o corregedor nacional do MP, Orlando Rochadel agradeceu pela placa e parabenizou o Ministério Público maranhense pela inauguração da obra em Timon. "São poucos os lugares no Brasil, há capitais que não têm obras desse porte", observou. Rochadel afirmou ainda que, mais importante que a construção, é o serviço que será prestado nele, o atendimento às pessoas mais humildes que buscam o apoio do Ministério Público.

O procurador-geral de justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, celebrou a inauguração da nova sede das Promotorias de Justiça de Timon, uma das quase 30 entregues nos últimos três anos. "Não por outra razão é que o MPMA figura como o segundo melhor do país, no aspecto de estrutura física, de acordo com dados objetivos do CNMP, com sedes próprias, a maioria delas recentemente entregues ou reformadas", destacou.

Luiz Gonzaga Coelho também lembrou de todos os membros e servidores que atuaram no Ministério Público e ajudaram a construir a instituição de hoje. "Homens e mulheres que ao longo de décadas prestaram relevante serviço em favor da comunidade, dedicando toda a sua capacidade em prol dos objetivos maiores buscados pelo MP".

O chefe do MP maranhense ressaltou, ainda, que aquele é um espaço de justiça, a porta de entrada da cidadania, no qual as pessoas buscam a solução de seus conflitos e angústias. "Nossa missão é servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justiça e na defesa da democracia", afirmou Luiz Gonzaga Coelho.

Estiveram presentes à cerimônia de inauguração os procuradores-gerais de justiça dos estados da Bahia, Ediene Santos Lousado; de Pernambuco, Francisco Dirceu Barros; e do Rio Grande do Norte, Eudo Rodrigues Leite. Representando o Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão, esteve presente a procuradora de justiça Selene Coelho de Lacerda. A Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão foi representada por seu vice-presidente, Gilberto Câmara França Júnior.

Também participaram autoridades do MPMA, do Judiciário, do Legislativo e Executivo municipais, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Polícia Militar, líderes comunitários, religiosos e representantes da sociedade civil de Timon. As informações são do MPMA.

MP aciona ex-prefeito e pede condenação de 23 'fantasmas'

Por Isaías Rocha Última atualização 25/05/2019, às 12:53

O Ministério Público do Maranhão ajuizou Ações Civas Públicas por ato de improbidade administrativa contra 23 suspeitos de serem funcionários 'fantasmas' da Secretaria Municipal de Educação de São João Batista, a cerca de 72 km de São Luís.

De acordo com o MP, o ex-prefeito Amarildo Pinheiro e o ex-secretário de Educação, Raimundo Nonato Aguiar, também são alvos das ações.

Segundo o promotor Felipe Augusto Rotondo, os 23 funcionários eram indicados e parentes de vereadores, do ex-prefeito e do ex-secretário. Todos não prestavam efetivamente serviços ao Município, mas sendo pagos com recursos federais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Por conta das irregularidades, o Ministério Público pediu à Justiça a condenação dos 23 funcionários por improbidade administrativa, o que pode levar a:

Perda da função pública

Ressarcimento integral do dano

Suspensão dos direitos políticos por 5 a 8 anos

Pagamento de multa até o dobro do dano

Proibição de contratar com o Poder Público, receber benefícios fiscais, creditícios por 5 anos

Estado tem 60 dias para restaurar a MA-012

Por Isaías Rocha Última atualização 25/05/2019, às 12:59

A Justiça obrigou o Estado do Maranhão a restaurar, no prazo máximo de 60 dias, a pavimentação do asfalto e da estrutura da rodovia MA-012, priorizando a extensão de descida e subida da Serra do Jiquiri, situado no município de Esperantinópolis, a 350 km de São Luís.

A decisão judicial é baseada em uma Ação Civil Pública (ACP), proposta pelo promotor de Justiça de Esperantinópolis, Xilon de Souza Júnior, que relatou que o trecho da rodovia, próximo ao povoado Jiquiri, em Esperantinópolis, se encontra em condições precárias.

Segundo o representante ministerial, o asfalto do trecho da MA-012 já está apresentando um considerável desgaste, o que agrava a possibilidades de acidentes na região. “Nesse local, a rodovia torna-se sinuosa devido ao declive e aclive da Serra do Jiquiri, havendo barrancos dos dois lados da pista. Do lado esquerdo, no sentido Poção de Pedras para Esperantinópolis o asfalto vem ruindo e diminuindo, portanto, a largura da pista, aumentando a proximidade dos veículos em relação ao abismo”, detalhou.

A decisão da Justiça ainda obrigou o Estado a providenciar a restauração dos dispositivos de sinalização nas modalidades horizontal e vertical, a pintura das lombadas e o reparo dos acostamentos, de forma direta ou através dos procedimentos emergenciais previstos na Lei nº 8666/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras e serviços.

Em caso de descumprimento da decisão, a Justiça estipulou ao Estado a aplicação de uma multa diária no valor de R\$ 1 mil, que dever ser revertida para o Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos.

A Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra) informou apenas que, até o presente momento, não foi notificada sobre o caso.

Leia mais notícias em RadioNoticiaMaranhao.com.br e siga nossas páginas no Facebook, no YouTube e no Instagram. Envie informações à Redação do Rádio Notícia Maranhão por WhatsApp pelo telefone (98) 99121 5205.

EX-PREFEITO DE ARAME É CONDENADO À PRISÃO POR REALIZAR DESPESAS SEM LICITAÇÃO

O juiz João Vinícius Aguiar dos Santos, da comarca de Arame, condenou o ex-prefeito do Município, João Menezes de Souza, à pena de cinco anos e 10 dez meses de detenção e ao pagamento de multa correspondente a 360 salários mínimos, por ter dispensado processo licitatório e fracionado despesas na aquisição de bens e serviços durante sua gestão, em 2009, segundo denúncia do Ministério Público estadual em Ação Penal. A pena poderá ser cumprida em regime semiaberto, conforme o Código Penal Brasileiro. O ex-prefeito pode recorrer da sentença em liberdade, tendo em vista o juiz ter considerado desnecessária a decretação de sua prisão preventiva no momento.

Segundo a denúncia do ministério Público, João Menezes de Souza dispensou licitação fora da lei, ao realizar despesas com aquisição de material de limpeza (R\$ 17.991,90); aquisição de combustível (R\$ 89.258,60); aquisição de material de construção (R\$ 94.977,80); aquisição de móveis e utensílios (R\$ 19.799,16); serviços mecânicos (R\$ 12.843,00); perfuração/instalação de poços artesianos (R\$ 723.876,00) e aquisição de gêneros alimentícios (R\$ 13.920,00).

As despesas também incluíram o arrendamento do prédio Hospital Sagrada Família (R\$ 156.000,00) com alguns equipamentos e instalação; aquisição de medicamentos e material hospitalar (R\$ 393.544,52), bem como a reforma do hospital (R\$ 118.210,20).

Pela análise da prestação de contas do réu, foi constatado que as despesas realizadas se deram sem realização de processo licitatório: “Não há qualquer informação no processo de prestação de contas, em referência que demonstre que as despesas ali especificadas, com os seus respectivos credores, valores e objetos, realizadas entre o período de janeiro a dezembro de 2009, apresentem vinculação a nenhum processo licitatório ou de dispensa destes”, diz a denúncia.

DEFESA - O ex-prefeito alegou que as dispensas tiveram como base legal o Decreto Municipal nº 24/2009, que estabelece situação de emergência no Município de Arame e autoriza a dispensa de licitação para os contratos de aquisição de bens e serviços em áreas de interesse público, ligadas à situação que decretou a situação emergencial. Na análise do caso, o juiz concluiu que ficou evidente o delito, já que a dispensa de licitação se deu em desacordo com o artigo 24, inciso IV da Lei das Licitações Públicas (nº 8666/93), por não ter adquirido somente bens necessários ao atendimento da situação emergencial, conforme o artigo 89 da mesma lei. “A consumação do crime, no caso, se deu com o mero ato de dispensa ou inexigibilidade, independentemente de prejuízo para a administração”, ressalta a sentença.

Segundo o juiz, não procede o argumento de que os gastos realizados tenham sido realizados em virtude unicamente das chuvas, como alegado, porque todos os gastos correspondem a necessidades corriqueiras do município, que corriqueiramente utiliza material de limpeza, combustível e serviços mecânicos para seus veículos, móveis e utensílios para guarnecer suas unidades, gêneros alimentícios para os mais diversos segmentos - educação, saúde, assistência social, etc. “Ademais, perfurar poços com a cidade alagada em razão de uma enchente não soa muito lógico e razoável, sendo plenamente postergável o ato, pois os serviços de

perfuração/instalação de poços artesianos custaram aos cofres públicos, na ocasião, o valor de R\$ 723.876,00, de modo que poderia o administrador/réu ter seguido os trâmites legais para regular contratação dos serviços”, ressaltou o juiz.

(Por Helena Barbosa /Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão)

EM SÃO LUÍS, CÂMARA MUNICIPAL ENTREGA TÍTULOS DE CIDADÃOS LUDOVICENSES A TRÊS MAGISTRADOS

10:56 | Postado por Equipe Baluarte | |

Durante uma solenidade, realizada na tarde desta quinta-feira

A Câmara Municipal de São Luís entregou durante uma solenidade, realizada na tarde desta quinta-feira (23), títulos de cidadão ludovicenses para o desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho, ao juiz Luiz de França Belchior Silva e a para juíza Luíza Madeiro Nepomucena.

A solenidade da outorga dos títulos foi presidida pelo presidente da Câmara, Osmar Filho (PDT), com o vereador Genival Alves (PRTB) na primeira secretaria e Umbelino (CIDADANIA 23) na segunda secretarias. As homenagens foram propostas por Genival e aprovadas pelos trinta e um parlamentares que compõem o Legislativo.

A sessão de entrega dos títulos de cidadãos aos magistrados contou com a participação de membros do Tribunal de Justiça, representantes da Prefeitura de São Luís, Ordem dos Advogados do Brasil, além de familiares, amigos e vereadores.

Segundo o autor da proposição, as comendas foram mais que merecidas, porque os agraciados já contribuíram muito para o crescimento da capital. “Os poderes Executivo e Legislativo têm feito cada um o seu papel, mas com esses membros do Judiciário fizeram um trabalho maior que o designado. Estes magistrados se empenham pelo amor que eles têm pelas pessoas da nossa capital. Então essas homenagens são mais do que devidas”, expressou.

O desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho é titular da 6ª Câmara Cível Isolada do Tribunal de Justiça do Maranhão. Ele nasceu em Humberto de Campos em 1951. Veio para São Luís com 10 anos, cursou direito na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), se tornou juiz em 1981 e virou desembargador em 2017.

De acordo ele, o título é uma afirmação da vida dedicada a capital. “Cheguei aqui muito cedo e ficava nesse trânsito São Luís/Humberto Campos, mas sempre me senti um ludovicense. Fico muito feliz com essa honraria”, relatou.

Já Luiz de França Belchior Silva é juiz de Direito da 2ª Vara Cível Tribunal de Justiça. Nasceu no interior Ceará e dedicou a vida ao judiciário. Trabalhou em diversas cidades do interior do estado, inclusive recebeu um título de cidadão maranhense.

Segundo ele, ser cidadão de São Luís o equipara aos vultos históricos. “Com essa homenagem, me sinto como os grandes que andaram nessa terra e fico feliz em entrar para história ludovicense”, ressaltou.

A titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, a juíza Luzia Madeiro Nepomucena, é natural de Presidente Dutra, mas atualmente o território onde ela nasceu se tornou a cidade de São João dos Basílios. Ela foi aprovada na UFMA em 1981, se tornou promotora 90 e em 1998 foi aprovada para ser juíza de direito.

Para ela, a homenagem representa todo trabalho dedicado a São Luís, principalmente na política de regularização fundiária. “Ainda temos muito que fazer. Pelo menos 300 bairros da nossa cidade precisam de regularização. Com essa comenda, fico mais determinada em buscar os direitos da população. Quero dedicar esse título a todos os servidores do Tribunal de Justiça” frisou.

As homenagens foram propostas por Genival e aprovadas pelos trinta e um parlamentares que compõem o Legislativo.

A sessão de entrega dos títulos de cidadãos aos magistrados contou com a participação de membros do Tribunal

de Justiça, representantes da Prefeitura de São Luís, Ordem dos Advogados do Brasil, além de familiares, amigos e vereadores.

MATÉRIA ENVIADA PELA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CMSL

Justiça obriga Estado a restaurar no prazo de 60 dias trecho da MA-012

Publicada em 24/05/2019 às 19h13 Versão para impressão

A Justiça obrigou o Estado do Maranhão a restaurar, no prazo máximo de 60 dias, a pavimentação do asfalto e da estrutura da rodovia MA-012, priorizando a extensão de descida e subida da Serra do Jiquiri, situado no município de Esperantinópolis, a 350 km de São Luís.

A decisão judicial é baseada em uma Ação Civil Pública (ACP), proposta pelo promotor de Justiça de Esperantinópolis, Xilon de Souza Júnior, que relatou que o trecho da rodovia, próximo ao povoado Jiquiri, em Esperantinópolis, se encontra em condições precárias.

Segundo o representante ministerial, o asfalto do trecho da MA-012 já está apresentando um considerável desgaste, o que agrava a possibilidades de acidentes na região. “Nesse local, a rodovia torna-se sinuosa devido ao declive e a cive da Serra do Jiquiri, havendo barrancos dos dois lados da pista. Do lado esquerdo, no sentido Poção de Pedras para Esperantinópolis o asfalto vem ruindo e diminuindo, portanto, a largura da pista, aumentando a proximidade dos veículos em relação ao abismo”, detalhou.

A decisão da Justiça ainda obrigou o Estado a providenciar a restauração dos dispositivos de sinalização nas modalidades horizontal e vertical, a pintura das lombadas e o reparo dos acostamentos, de forma direta ou através dos procedimentos emergenciais previstos na Lei nº 8666/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras e serviços.

Em caso de descumprimento da decisão, a Justiça estipulou ao Estado a aplicação de uma multa diária no valor de R\$ 1 mil, que dever ser revertida para o Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos. A Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra) informou apenas que, até o presente momento, não foi notificada sobre o caso.

SUSTENTABILIDADE | Judiciário entrega 50 toneladas de processos em papel para reciclagem

O Poder Judiciário do Maranhão, por meio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ/MA) formalizou a entrega de 160 mil processos em papel para a Cooperativa de Reciclagem de São Luís, o que equivale a 50 toneladas e 11 mil caixas de processos oriundos dos Juizados Especiais Cíveis de São Luís e Pinheiro e da comarca de Cururupu. O ato de entrega e de eliminação simbólica dos processos foi formalizado nesta sexta-feira, 24, pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e pelo presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, desembargador Jorge Rachid, à representante da Cooperativa de São Luís, Maria José Castro.

Segundo a responsável pela Cooperativa, a iniciativa do Poder Judiciário beneficia diretamente 50 famílias dos trabalhadores de reciclagem, por meio da geração de renda, além de representar um ganho imensurável para o meio ambiente e para a sociedade, evitando o corte de árvores, incineração do papel ou destinação aos aterros sanitários das cidades. “O meio ambiente é beneficiado de diversas formas, seja na água, ar ou solo, além de evitar o corte de 1200 árvores, já que uma tonelada de papel requer a derrubada de 24 árvores”, observou.

A eliminação dos 160 mil processos físicos foi determinada em Edital assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, o qual intimou as partes relacionadas nos autos, que estavam arquivados há mais de 120 dias. A cooperativa utiliza os métodos de trituração e centrifugação para reaproveitar o material, que retornará ao uso em forma de papel reciclado.

De acordo com o corregedor, a CGJ unificou o procedimento de eliminação, proibindo a realização de incineração de processos em respeito à política socioambiental do Poder Judiciário. Segundo ele, o trabalho será continuado com o levantamento e destinação de processos físicos do Fórum de São Luís e de comarcas do interior, contribuindo ainda para a otimização dos espaços destinados aos arquivos e com a geração de renda para as famílias que trabalham na cooperativa. “Esta é uma forma ambientalmente correta de dar destinação a milhares de processos que ficavam se acumulando nos depósitos do Poder Judiciário”, avaliou o corregedor.

O presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, desembargador Jorge Rachid, ressaltou o aumento dos problemas de ordem ambiental a nível mundial, situação que requer atitudes por parte do Poder Público e também da sociedade, uma vez que as consequências do desequilíbrio e problemas ambientais afetam a toda a sociedade indistintamente. “Trabalhamos para que esse tipo de inquietação com a situação do meio ambiente seja ampliada em nossa sociedade, de forma a buscarmos cada vez mais soluções para a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado”, avaliou.

RESOLUÇÃO - A eliminação obedece ao que diz a Resolução Nº 11/2013, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que disciplina no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão a eliminação dos autos processuais oriundos dos Juizados Especiais Cíveis, de acordo com a Tabela de Temporalidade do Conselho Nacional de Justiça.

Segundo a Resolução, para efeito de amostragem são conservados certos processos, por meio dos critérios específicos estabelecidos pelo Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), tais como valor histórico, probatório e informativo, os autos processuais considerados representativos do conjunto ao qual pertencem, na proporção de 5% (cinco por cento) do total a ser eliminado, observando-se, ainda, pelo menos um processo de cada ano.

“Para eliminação dos 160 mil processos, realizamos seis meses de trabalho entre levantamento e publicação de edital, é um momento histórico para o Poder Judiciário e esperamos continuar trabalhando com a destinação correta do papel”, informa a presidente da Comissão de Gestão Documental, Luciana Delfino.

Também participaram da solenidade de entrega a diretora do Fórum Des, Sarney Costa, juíza Diva Maria de Barros Mendes; o chefe da Divisão de Gestão e Controle Documental; Petrócio Albuquerque; a coordenadora do Núcleo de Sustentabilidade do TJMA, Joelma Nascimento, servidores do Depósito Judicial e da CGJ/MA e trabalhadores da Cooperativa de Reciclagem de São Luís.

Senador denuncia à PGR espionagem a políticos e desembargadores do MA

Do Blog do Neto Ferreira O senador do Maranhão, Roberto Rocha (PSDB), denunciou, na quinta-feira (23), o secretário de...

O senador do Maranhão, Roberto Rocha (PSDB), denunciou, na quinta-feira (23), o secretário de Segurança Pública, delegado Jefferson Portela, na Procuradoria Geral da República por abuso de autoridade e prevaricação.

A representação foi protocolada na PGR após Rocha ter o nome citado em uma carta escrita pelo ex-chefe do Departamento de Combate ao Crime Organizado, delegado Ney Anderson, que revelou ordens do chefe da SSP para investigar e monitorar desembargadores, assessores filhos de magistrados e políticos maranhenses.

“À vista do exposto, cumpridas as formalidades legais, é presente Representação para requerer, com base nos permissivos legais pátrios já arguidos anteriormente, seja aberto pelo Ministério Público Federal o competente procedimento para apuração do fortes e graves indícios da prática dos atos prevaricação, advocacia administrativa, e abuso de autoridade”, pediu o senador.

A denúncia deverá ficar a cargo da procuradora geral da República, Raquel Dodge.

O escândalo do uso da SSP para investigar e monitorar membros do Judiciário e da classe política veio à tona, a princípio pelo ex-delegado Tiago Bardal, que denunciou o caso durante o seu depoimento à 2ª Vara criminal de São Luís, e em seguida reafirmado por cartas pelo delegado Ney Anderson, ex-chefe do Departamento de Combate ao Crime Organizado.

Os alvos de Portela seriam, pelo menos, 4 desembargadores, entre ele Nelma Sarney, Tyrone Silva, Froz Sobrinho e Guerreiro Júnior; o deputado federal de Josimar de Maranhãozinho e o senador Roberto Rocha (veja aqui, aqui, aqui e aqui).

Em sua defesa, Jefferson Portela alegou que tais acusações são infundadas e que nenhum dos citados figuraram qualquer tipo de investigação. Na quinta-feira (23), ele protocolou uma representação criminal contra os autores das denúncias, o titular do Blog e mais dois jornalistas.

Após a crise se instalar entre os Poderes Executivo e Judiciário, o presidente do TJ, José Joaquim Figueiredo, pediu ao procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga, providências sobre o caso. Gonzaga atendeu a solicitação e abriu uma investigação para apurar as denúncias (relembre aqui e aqui).

O deputado federal Edilázio Júnior protocolou, nesta sexta-feira (24), um pedido na PGJ para que esta solicite o afastamento de Portela do cargo, uma vez que ele mantém influência nas Polícias Civil e Militar, além disso requer uma auditoria no sistema guardião da Segurança.

O deputado estadual Wellington do Curso (PSDB) está cogitando pedir abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso.

O parlamentar Aluísio Mendes (Podemos) solicitou também que os delegados Tiago Bardal e Ney Anderson sejam ouvidos pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados.

Baixe o documento aqui.

Homicidas e traficante tirados de circulação na capital e interior

Prisões ocorreram nos municípios de João Lisboa, Santa Helena e São Luís; este último era foragido por descumprir saída temporária do Dia das Mães do ano passado

SÃO LUÍS - Três acusados de assassinatos foram tirados de circulação em São Luís e no interior do estado, em menos de 24 horas. Um deles foi Hilton Alves Bonfim, o Macarrão, de 53 anos, que segundo a polícia, é apontado com pistoleiro da Região Tocantina. Ele teria cometido mais de 50 homicídios. A prisão ocorreu na noite de quinta-feira, na cidade de João Lisboa.

A prisão de Macarrão foi preso em cumprimento de uma ordem judicial. Ele estava com uma condenação de mais de 40 anos de reclusão em regime fechado. A polícia informou que o detido foi apresentado na Delegacia Regional de Imperatriz onde foi ouvido e em seguida encaminhado para o presídio.

Macarrão chegou a ser preso no dia 24 de fevereiro de 2016 também em cumprimento de uma ordem judicial expedido pela Vara de Execuções Penais de Imperatriz. De acordo com a polícia, ele é filho do pistoleiro José Ribamar Bonfim, Zé Bonfim.

Já na cidade de Santa Helena foi preso Raimundo Fernandes Guimarães Júnior, que segundo a polícia, é suspeito de ter cometido dois assassinatos na Região da Baixada Maranhense. Um dos casos ocorreu no dia 26 de junho de 2010. Ele invadiu a residência de Geilson Rodrigues e o matou.

O outro assassinato teve como vítima Maurício Cardoso Castro, no dia 30 de setembro de 2012. Ele ainda é suspeito de outras mortes ocorridas em Santa Helena e Turilândia nos últimos dois anos, que estão sendo investigadas pela Polícia Civil.

Foragido

Também, nesta sexta-feira, o delegado Carlos Alessandro, titular da Seic, informou que o homicida e foragido do sistema penitenciário de Pedrinhas, Francisco das Chagas Cosmo da Costa, o Cocada, foi recapturado. "Esse criminoso é um dos líderes na venda de droga na Ilha", disse o delegado.

Segundo o delegado, Cocada foi beneficiado com a saída temporária do Dia das Mães do ano passado e não voltou a Pedrinhas. Ele estaria vendendo droga na área do Cohatrac e abastecendo, também, bocas de fumo da Ilha.

Policiais da Seic fizeram um cerco no bairro Novo Cohatrac na noite de quinta-feira e foram recebidos a tiros. Houve confronto e Cocada foi baleado na perna. Com ele foram apreendidos crack, uma arma de fogo, munições e um caderno de anotações contendo informações sobre a distribuição de droga.

O criminoso primeiramente foi levado ao Hospital Municipal Socorrão II, onde passou por tratamento cirúrgico, e em seguida foi apresentado na sede da Seic, no Bairro de Fátima.

Demurrage: um fato jurídico e o horizonte oportunidades

Em 21 de maio de 2019, a 4ª Câmara Cível do Tribunal Justiça do Estado do Maranhão, composta pelos desembargadores Paulo Velten (presidente) e Jaime Ferreira, seguindo voto do relator, desembargador Marcelino Everton, singrou mar da incerteza, descortinou horizonte de dúvida e trouxe fundamentos jurídicos sólidos em julgamento inédito.

A temática? Demurrage de contêiner. Em linhas gerais, o termo é utilizado para denominar a cobrança pelo uso além do período de tempo acordado (laytime), gerando custos ao remetente ou destinatário, para além das despesas ordinárias como contêiner yard, taxas portuárias e de cais, frete marítimo.

Simplificadamente, trata-se de posse prolongada que terna cláusula contratual de transporte. A temática avança pelos tribunais em decorrência da expansão do uso na logística de transportes, associado a problemas relativos ao desembarço aduaneiro, gargalos portuários, bem como ao constatar-se que a natureza jurídica do instituto e a extensão da aplicação das normas em relação aos contêineres de transporte também não estão pacificadas.

O cenário de ebulição conceitual e finalística, conexo a redação de contratos imperfeitos, que deixam de delimitar com precisão o que é lei entre as partes, desaguam nos mares revoltos dos Tribunais brasileiros. No Maranhão, ante a timidez do setor no âmbito do Porto do Itaqui - segundo dados da EMAP - movimentou no ano de 2018 singelos 12 TEUs e em 2017 nenhum - os debates jurídicos suscitados ainda são embrionários.

Ao realizar busca pela jurisprudência do TJMA constatou-se que, muito embora estejamos diante de setor portuário tão imponente - para não dizer um dos mais importantes do país -, a temática é pouco usual. Contudo, verifica-se que mesmo com os poucos julgados já proferidos na seara marítima, estes seguem a toada dos entendimentos majoritários dos demais tribunais nacionais ao considerar a cobrança de demurrage legal, ressaltando as hipóteses de valores abusivos ou imputação do pagamento da sobre-estadia ao despachante aduaneiro.

Questiona-se a razão pela qual o Itaqui, com sua destacada localização geográfica e sendo o maior porto público do Brasil em profundidade apto, portanto, a receber navios cargueiros, não está inserido na rota dos contêineres? A resposta, talvez, resida na tese do equilíbrio entre carregamento e descarregamento da embarcação, ou seja, deve-se fomentar a exportação de produtos nacionais pelo Itaqui, evitando-se o chamado "frete morto" (dead freight), tornando a operação de contêiner economicamente viável e, conseqüentemente, atrativa.

Em tempo, destaca-se que, historicamente, duas cadeias concentram o volume de cargas movimentadas pelo Brasil: a produção de grãos - (exportação de soja e milho) - e os produtos petrolíferos (importação de diesel e gasolina). Neste contexto, o Porto do Itaqui é versado como "porto especializado", vocacionado para movimentação de granéis sólidos e líquidos, destacando-se soja e milho (em virtude do investimento do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM) e celulose, assim como movimentação de fertilizantes e combustíveis.

Considerando a vocação maranhense na produção de soja e milho, quiçá fosse viável, como saída imediata para implementação de rota de contêineres, que o Itaqui operasse como já fez o Porto do Rio Grande, usando o contêiner também como meio de transporte da soja voltado para pequenos importadores e exportadores, com custo reduzido do frete marítimo e mais agilidade no envio.

É uma nova perspectiva que se desenha: a da exportação sob medida, que atende ao mercado, alcança novos elos da cadeia e contorna deficiências estruturais, agilizando o escoamento da produção. E, por outra via, acende espaço para o Porto Itaqui avançar na configuração de um porto multifuncional.

Se o mundo pertence a quem se atreve, como dizia Charlie Chaplin...

Anna Graziella Santana Neiva Costa*

*Advogada, Pós-Graduada em Direito Constitucional e em Ciência Jurídico-Políticas; MBA em Direito Tributário; Pós-Graduada em Direito Eleitoral; Mestranda em Ciências Jurídico-Políticas

E-mail: annagraziellasnc@hotmail.com

Mariana Costa Heluy**

** Advogada, Especialista em Gestão do Transporte Marítimo e Portos

E-mail: mcheluy@gmail.com

Edilázio pede auditoria no "Guardião" após denúncia de espionagem

Deputado quer esclarecimento sobre veracidade ou não de denúncias de Bardal e Ney Anderson

O deputado federal Edilázio Júnior (PSD) formalizou um pedido à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de auditoria no sistema "Guardião" utilizado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública na interceptação telefônica de investigados.

Ele foi recebido na PGJ pelo subprocurador Geral de Justiça, Francisco Barros, e pediu providências do Ministério Público.

O pedido de Edilázio tem por objetivo esclarecer se são verdadeiras ou não as denúncias dos delegados de Polícia Civil Tiago Bardal - ex-superintendente de Investigações Criminais do Maranhão -, e Ney Anderson Gaspar, contra o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela (PCdoB).

Os delegados acusam Portela de determinar investigações clandestinas contra quatro desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, seus respectivos assessores e familiares e até lideranças políticas do estado, a exemplo do senador Roberto Rocha (PSDB), hoje adversário do chefe do Executivo, governador Flávio Dino (PCdoB).

Edilázio também protocolou ofício no Palácio dos Leões com pedido de determinação espontânea de Dino para uma auditoria no âmbito da SSP.

"Nosso objetivo é tão somente esclarecer se as denúncias procedem ou se são falsas. Se na auditoria do sistema forem encontrados os números telefônicos das pessoas citadas pelos delegados, confirma-se aí a veracidade. Se não, ambos [os delegados] podem ser responsabilizados na forma da lei. Estamos em busca de respostas para um caso que é grave e que já ganhou repercussão nacional", explicou.

Jefferson Portela nega as acusações. Ele anunciou ações criminais contra os delegados Tiago Bardal e Ney Anderson.

Prisão

O juiz João Vinícius Aguiar dos Santos, da Comarca de Arame, condenou o ex-prefeito do Município, João Menezes de Souza, à pena de cinco anos e 10 dez meses de detenção e ao pagamento de multa correspondente a 360 salários mínimos.

Ele foi acusado de ter dispensado processo licitatório e fracionado despesas na aquisição de bens e serviços durante sua gestão, em 2009, segundo denúncia do Ministério Público estadual em Ação Penal.

A pena poderá ser cumprida em regime semiaberto, conforme o Código Penal Brasileiro. O ex-prefeito pode recorrer da sentença em liberdade.

Morte de casal holandês em São Luís é denunciada na CIDH

Decisão foi tomada devido a demora das autoridades brasileiras em elucidar o crime ocorrido no dia 28 de fevereiro de 2010, no Alto do Jaguarema, a área do Araçagi

SÃO LUÍS - O assassinato do holandês Joel Bastianes, e da sua namorada, Sandra Maria Dourado de Souza, foi denunciado para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que é sediada em Washington, nos Estados Unidos, devido a demora das autoridades brasileiras para elucidar esse crime. O duplo homicídio, segundo a polícia, teve característica de encomenda e ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2010, no Alto do Jaguarema, área do Araçagi.

Inconformados com a impunidade e a demora de identificar e prender os envolvidos nesse crime, a família do holandês apresentou denúncia contra o Estado brasileiro perante a CIDH, no final do ano passado. Na petição apresentada à CIDH, os familiares do estrangeiro solicitam o cronograma com informações detalhadas sobre as ações e estratégias para cumprir com a obrigação de investigar e elucidar o caso. É requerida ainda a reparação integral aos familiares pelas violações de direitos humanos perpetradas contra as vítimas.

Suspeita

Conforme consta no inquérito policial, relatado na petição, as suspeitas recaem sobre o ex-marido de Sandra Dourado, o empresário Sérgio Damiani. Ela chegou a registrar boletim de ocorrência por agressão e ameaça de morte contra o marido quando ainda estava casada, entre os fatos que teria motivado o divórcio.

O inquérito cita ainda uma ação judicial movida por Sandra Dourado contra o ex-marido, Sérgio Damiani, que tramitava na 1ª Vara da Família da Capital referente à venda de um terreno avaliado em R\$ 2,7 milhões, que teria ficado de fora da partilha de bens na época do divórcio.

A Justiça deu ganho de causa a Sandra Dourado e o ex-marido foi condenado a pagar parceladamente o valor de R\$ 1 milhão. A outra questão levantada também diz respeito à guarda dos filhos, que não era aceito pelo ex-marido.

Cobrança

No dia 31 deste mês, o advogado da família do holandês, Carlos Nicodemos, virá a São Luís para uma reunião com representantes das Secretarias de Estado de Direitos Humanos e de Segurança Pública para cobrar explicação sobre a elucidação do homicídio. “Este é um caso grave de violação de direitos humanos das vítimas, visto que a demora para a elucidação por parte das autoridades brasileiras é injustificável. Há nove anos que os familiares estão sem uma explicação sobre o crime”, declarou o advogado.

Entenda o caso

Joel Bastiaens chegou ao Brasil em 2015 para um estágio como corretor. Ele e Sandra Dourado estiveram juntos por quatro anos e passaram a conviver maritalmente seis meses antes do assassinato. O holandês e Sandra Maria Dourado de Souza foram assassinados a tiros, no dia 28 de fevereiro de 2010, no Alto do Jaguarema.

Eles eram corretores e nesse dia foram a uma residência esperar por um cliente interessado em comprar o imóvel. Existe a suspeita é que o casal teria sido atraído até o local. Na época, o inquérito foi aberto na 7ª Delegacia de Polícia para apuração dos fatos.

Seis delegados estiveram à frente do inquérito, mas o caso nunca foi elucidado. No ano de 2014, os pais do holandês vieram ao Maranhão em busca de respostas das autoridades locais e cobraram a elucidação do crime.

40% das pessoas que já adotaram criança ou jovem querem mais

Dados se referem aos casos registrados na capital maranhense e foram repassados a O Estado pela 1ª Vara da Infância e da Juventude; Elis Ramos, por exemplo, já tem dois filhos do coração e afirma que pretende adotar mais

Dados da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís apontam que 40% das pessoas que já adotaram uma criança ou adolescente na cidade querem uma nova adoção. De acordo com informações da Justiça, 101 pessoas pretendem adotar na capital maranhense. No total, 21 pessoas esperam para serem adotadas na cidade.

Esse dado segue tendência de grande procura pela adoção no país. Em todo o Brasil, ainda de acordo com dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) - lançado em 2008 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o auxílio dos juízes das Varas da Infância e da Juventude -, 45.990 pessoas pretendem adotar. Destas, 13,3% (ou 6.118 pessoas) residem na Região Nordeste.

Este público "disputa" atualmente 1.392 crianças e adolescentes cadastrados para a adoção. Ainda no país, 6.802 pessoas pretendem adotar crianças ou jovens "somente de raça branca", conforme cita modelo de perfil que deve ser preenchido pelo pretendente durante a formalização do pedido de adoção. Apenas 364 pretendentes desejam adotar crianças ou jovens somente de "raça negra".

Aproximadamente 9,5 mil crianças e adolescentes estão cadastrados para adoção. Destes jovens, 4.750 registrados foram declarados de "raça parda". Outras 3.150 jovens são de "raça branca". 1.581 crianças e adolescentes cadastrados para adoção foram declarados de "raça negra".

Quanto à faixa etária, de acordo com dados do CNA, 74% (ou 34.073) dos pretendentes brasileiros requerem a adoção de crianças de 1 a 5 anos de idade. Destes, a maioria - 8.330 pretendentes - deseja a adoção de crianças com até 3 anos. Segundo o Conselho, 11.917 pretendentes desejam a adoção de crianças de 6 a 17 anos e 11 meses de idade.

História de sucesso

Uma das mães que alimenta ainda o desejo de nova adoção é Elis Ramos, jornalista que compartilhou com O Estado a sua história de vida. Ela esperou por alguns anos para ter, digamos, a sua família completa. Atualmente, seu "sustento" psicológico tem dois nomes: Berenice e João Gabriel.

Ela - em comum acordo com o marido, à época - tomou a decisão de adotar uma criança. "Foi uma decisão tomada após muita conversa, mas quando botei na cabeça que queria. Só ia parar depois de conseguir!", afirmou.

No primeiro contato com Berenice (em 2013), quando era apenas uma bebê de 10 meses, a certeza de que ali se estabelecia uma relação para sempre. "Quando eu olhei pela primeira vez para ela, sabia que ali nunca mais a esqueceria. Ela me deu um sorriso tão gostoso", disse.

Após a promoção do curso obrigatório para a requisição da criança, em 2014, a emoção inesquecível de passar o Dia das Mães com a filha. "A Justiça autorizou para que eu a pudesse levar para casa num dia tão especial. Eu jamais esquecerei!", disse.

Com os primeiros contatos positivos, restou à Justiça chancelar a nova relação e autorizar a guarda definitiva para Elis. Antes de requerer a primeira adoção, a jornalista precisou "preparar" a família. "Como não sabia a reação de todos, precisei inicialmente conversar com outras pessoas. É preciso destacar que a criança, quando é acolhida pela família, não é somente acolhida por pai ou mãe. Mas esse processo envolve outras pessoas também", disse.

Depois do "chocolatinho", veio o "leitinho"

Não, não se trata de preconceito! É desta forma que a Berenice (cuja cor da pele é predominantemente negra) se refere ao irmãozinho dela (cuja cor da pele é branca), também fruto de processo de adoção. A junção das histórias de Berenice, Elis e João Gabriel (uma fofura por sinal!) perpassa por dificuldades sociais.

A família biológica de João Gabriel é da cidade maranhense de Buriti - distante 320 quilômetros de São Luís - e alegava não dispor de condições para criar o jovem. "Quando soube desta história, não pensei duas vezes: vou criar o João!", disse. A mesma espera longa, o mesmo curso e tempos mais tarde, o desfecho: a Justiça também autorizou a adoção.

Quando eu olhei pela primeira vez para ela, sabia que ali nunca mais a esqueceria. Ela me deu um sorriso tão gostoso"

Elis Ramos, jornalista

A chegada de João Gabriel à família de Elis foi "a cereja" do bolo. E pode vir mais por aí. "Ainda penso em adotar outra criança", disse a reticente Elis, que pondera fatores, como tempo gasto no trabalho e condição financeira para tomar essa nova decisão.

"Nome social" e "nome oficial"

Ao ser reconhecida como da família de Elis, Berenice passou por uma prova de compreensão da unidade de ensino em que a mãe a matriculou. A escola reconheceu o nome Berenice, mesmo ciente de que, no documento ainda preliminar e original da criança, constava na verdade o nome Lorena. Ou seja, Berenice (nome social) era reconhecida nos autos como Lorena (nome oficial). "Foi difícil, pois não é qualquer escola que aceita", disse Elis Ramos.

A coordenadora pedagógica da escola, Hellany Pereira, disse que a compreensão para reconhecer os dois nomes faz parte de uma política da instituição de quebrar o preconceito que ainda existe sobre o tema. Atualmente, dos 184 alunos matriculados no local, 5% são adotados. "A escola estimula, por meio de atividades em sala de aula, o estímulo à quebra do paradigma da adoção", disse.

Continue

lendo

no

link: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/05/25/40-das-pessoas-que-ja-adotaram-crianca-ou-jovem-que-rem-mais/>

A cada três requerentes à adoção no Maranhão, um reside em São Luís

Neste sábado (25), é comemorado o Dia Nacional da Adoção; para marcar a data, O Estado traz dados revelantes sobre o importante tema

Pretensão de Alana e Thiago ainda está na fase preliminar, de apresentação de documentos, mas eles aguardam com paciência a adoção

Levantamento da 1ª Vara da Infância e da Juventude aponta que, a cada três pessoas que requerem adoção no estado, uma reside na capital maranhense. Para elas, adotar é, acima de tudo, um ato de amor e gratidão ao próximo. Neste sábado (25), comemora-se o Dia Nacional da Adoção. Para marcar a data, O Estado traz dados revelantes sobre o tema.

Em todo o Maranhão, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), 245 pretendentes residem no estado. No total, 51 crianças estão cadastradas no território maranhense para este procedimento. Várias são as famílias que, em comum acordo, decidiram enfrentar o verdadeiro périplo do processo adotivo.

Para mim, pelo menos, não importa como nosso filho será gerado. O que importa mesmo é que ele será amado, independentemente de como virá. Nosso desejo [meu e do meu marido] é de amar essa criança acima de tudo” Alana Albuquerque, pretendente à adoção

Em busca do sonho

Um dos casais que requereram adoção é Alana Albuquerque (de 27 anos) e Thiago Brandão. Casados há aproximadamente um ano, ambos decidiram que era a hora da família "aumentar". E por razões pessoais o casal optou pelo caminho da adoção.

A pretensão de Alana e Thiago ainda está na fase preliminar, de apresentação de documentos. "Estamos cientes das dificuldades, mas não vamos desanimar", disse.

Entre eles, ainda há divergências quanto à idade da criança. Enquanto o marido quer uma criança com até três anos de idade, Alana quer alguém acima dessa idade. "Tenho certeza de que, em pouco tempo, chegaremos a um consenso", disse.

Enquanto Alana e Thiago estão na fase inicial, outro casal quebrou paradigmas e tornou-se referência na adoção em âmbito nacional.

Amor à primeira vista: o “parto” no aeroporto de uma criança de 17 anos

Viviane e Cláudio protagonizaram a primeira adoção, no país, de um jovem que, até então, tinha 17 anos, sendo a maior parte deste histórico vivido na rua: iniciativa deu impulso a outros casos

Em uma rápida mexida para conferir como andavam as redes sociais num dia como outro qualquer em Belo Horizonte (MG), a atleticana Viviane Nogueira abriu um vídeo institucional de campanha para adoção promovida pelo Sport Club do Recife, time tradicional de Pernambuco. As primeiras palavras da peça institucional foram de Williams (até então seu nome era somente assim). Ao falar sobre sua história, Viviane pensou: “Pronto, achei meu filho!”.

Foi amor à primeira vista. Assim, começou a se constituir a primeira adoção no país de um jovem que, até então, tinha 17 anos, sendo a maior parte deste histórico vivida na rua. Uma iniciativa que simbolizou o pontapé para outros casos, já que, atualmente, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), 209 pessoas desejam no país a adoção de crianças com até 17 anos e 11 meses.

Engenheira de profissão, Viviane - mulher determinada e de forte personalidade - não pensou duas vezes e sugeriu ao marido, Cláudio Martins, que ambos embarcassem no primeiro avião para a capital pernambucana.

Antes disso, eles precisariam seguir alguns trâmites. Por orientação do juiz responsável pela Vara da Infância de Recife, o casal encaminhou uma carta (sim! E escrita à mão mesmo!) para ser lida à Williams, acolhido em um abrigo. As lágrimas do jovem carente (de sentimento familiar) deram a certeza ao magistrado de que ali se confirmava uma relação que prometia ser duradoura.

Após os contatos via internet, chegara a hora do primeiro encontro. “Meu parto se deu no aeroporto. Ali mesmo aconteceu a filiação”, disse Viviane. Foram mais 10 dias convivendo juntos e Williams passaria a se chamar Williams Amaral Nogueira, mais novo membro da família de Viviane e Cláudio.

Williams se juntou, não somente aos pais “novos”, como ainda a Lucas Amaral, filho de Viviane de outro relacionamento e um “homem feito”. A aceitação de Lucas à Williams foi imediata. “Eles se dão superbem, saem juntos. São verdadeiros irmãos”, disse Cláudio.

A história do casal é tão fantástica que, recentemente, Viviane e Cláudio estiveram em São Luís. A O Estado, eles disseram que Williams é um verdadeiro presente de Deus. Williams, por sua vez, não esteve na Ilha. “Ele está em um programa Jovem Aprendiz, em Belo Horizonte. Como recebeu uma promoção há pouco tempo, não podia se ausentar, infelizmente”, disse.

Com a promessa de, futuramente, voltarem ao Maranhão para conhecerem os Lençóis, Viviane aconselhou outras famílias a cuidarem de seus filhos e a pensarem na adoção. Ela mesma não desistiu de estender a família. “Penso, sim, em outras adoções!”, afirmou.

Condições

Para adotar, é necessário saber as condições para o procedimento. A O Estado, a juíza que respondia até o início desta semana pela 1ª Vara da Infância e da Juventude, Lícia Cristina Ferraz, disse que ao tomar a decisão de adotar alguém, o (a) cidadão (ã) deve se atentar a algumas medidas. A primeira medida é procurar a Vara da Infância e da Juventude do Município. “Pela lei, a idade mínima para se adotar alguém é 18 anos, independentemente do estado civil do requerente”, afirmou.

Dentre os documentos que devem ser apresentados, estão: identidade, CPF, certidão de casamento ou nascimento, comprovante de residência, comprovante de rendimentos ou declaração equivalente, atestado ou declaração médica de sanidade física e mental e certidões cível e criminal.

Continue lendo no

link: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/05/25/a-cada-tres-requerentes-a-adocao-no-maranhao-um-re-side-em-sao-luis/>

Condenado a 16 anos acusado que disparou onze tiros em vítima

24 Maio 2019 Imperatriz

Um homem identificado como Leonardo Lima da Silva foi condenado a 16 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado nesta sexta-feira (24), pelo Tribunal do Júri de Imperatriz, acusado de um assassinato ocorrido em janeiro de 2016.

Em decisão proferida nesta sexta, a justiça apontou que o suspeito empregou meio cruel por ter causado sofrimento desnecessário à vítima ao disparar 11 tiros. O Conselho de Sentença entendeu que, por maioria de votos, Leonardo Lima da Silva agiu por motivo fútil com emprego de meio cruel e recurso que dificultou a defesa da vítima.

Breno Lucas estava na frente da casa onde morava quando foi surpreendido por dois homens. Para o Ministério Público, além de Leonardo, um outro homem que está foragido participou do crime: Lucas Bonfim.

A decisão é assinada pelo juiz presidente do Tribunal do Júri, José Jorge Figueiredo dos Santos Júnior.

Suspeito de matar ex-namorada a facadas é preso em Caxias

24 Maio 2019 Maranhão

Idelbran dos Santos Barbosa, de 38 anos, foi preso nesta sexta-feira (24) em Caxias, em cumprimento a mandado de prisão, suspeito de assassinar a ex-namorada em 2003. O caso ganhou grande repercussão na cidade.

Ele teria, de acordo com a Delegacia Regional de Caxias, desferido vários golpes de faca na vítima. Na época, foi preso pela Polícia Civil, sendo sentenciado a 18 anos de reclusão. Iniciou cumprimento de pena, foi beneficiado com livramento condicional, e desapareceu.

Orangotango, como era conhecido, tinha mandado de prisão preventiva em aberto expedido pela juíza Marcela Santana Lobo, juíza de direito da 3a Vara Criminal de Caxias.

Publicado edital para seleção de projetos sociais do Juizado Especial Civil e Criminal de Caxias

Projetos apresentados deverão obedecer ao teto de custo unitário de até R\$ 5.000,00.

Por: Blog do Ricardo Marques | Data: 25/05/2019 06:21 - Atualizado em 25/05/2019 06:22

O titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Caxias, juiz de Direito João Pereira Neto, publicou edital para seleção de projetos sociais. O edital é destinado para entidades públicas ou privadas com finalidade social, sediadas na Comarca de Caxias, interessadas em participar do processo de seleção de projetos para obtenção de recursos financeiros arrecadados com as prestações pecuniárias, sursis, suspensão condicional do processo ou de transação penal, no âmbito do Juizado Especial.

De acordo com o que vai determinado no edital, somente poderão concorrer do certame aquelas entidades, públicas ou privadas, com comprovada finalidade social; devendo estarem sediadas no município de Caxias ou em algum de seus Termos Judiciários (Aldeias Altas e São João do Sóter); e que tenha sido constituída há pelo menos um ano.

DO VALOR DO PROJETO

Os projetos apresentados deverão obedecer ao teto de custo unitário de até R\$ 5.000,00. O resultado da escolha dos projetos selecionados será divulgado no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (aqui) até o dia 31 de julho de 2019.

PRECATÓRIOS: Publicadas listas atualizadas de credores do Estado do Maranhão e de seus municípios

A Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) publicou nesta quinta-feira (23) as listagens de credores de precatórios devidos pelo Estado do Maranhão, pelo INSS e pelos municípios que estão sob sua jurisdição.

As listas de credores de precatórios obedecem à ordem cronológica de apresentação dos requerimentos, observada a classificação das preferências por doença, por idade ou deficiência, em conformidade com o disposto no art. 100, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, sendo sua atualização resultado de um trabalho constante de auditoria desenvolvido pela Coordenadoria de Precatórios, sempre observando as diretrizes legais.

A constante publicação das listas atualizadas possibilita aos credores o acompanhamento da posição do seu precatório e dos pagamentos efetuados por entidade devedora.

Regime Especial do Estado do Maranhão - Foram disponibilizadas uma lista geral com 9.400 pessoas que esperam receber valores referentes aos orçamentos de 2014 a 2019 - incluindo 456 credores prioritários de precatórios de natureza alimentar -; uma lista da Administração Indireta com 30 credores de precatórios de autarquias como DETRAN, UEMA, ITERMA e FUNAC; e uma lista com os 128 pagamentos realizados desde a última atualização (31/01/2019). As listas estão disponíveis para consulta na área de Precatórios do Portal do Poder Judiciário - Regime Especial - Estado.

Regime Especial dos Municípios - São ao todo 53 municípios submetidos ao Regime Especial e que têm precatórios inscritos perante o Tribunal de Justiça do Maranhão. Foram disponibilizadas listas por ente devedor totalizando 621 credores, incluindo 51 credores prioritários de precatórios de natureza alimentar; e uma lista com os 156 pagamentos realizados desde 01/01/2019 (151 credores da lista da administração direta dos municípios e 05 da administração indireta). As listas estão disponíveis para consulta na área de Precatórios do Portal do Poder Judiciário - Regime Especial.

Regime Especial do Município de São Luís - Foram disponibilizadas uma lista geral com 143 credores - incluindo 02 credores prioritários de precatórios de natureza alimentar -; uma lista da Administração Indireta com 09 credores de precatórios de autarquias municipais; e uma lista com os 97 pagamentos realizados desde 01/01/2019 (92 credores da lista da administração direta do município e 05 da administração indireta).

Regime Geral - 36 municípios e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS estão submetidos ao Regime Geral. Foram disponibilizadas listas por ente devedor totalizando 332 credores, incluindo 8 credores prioritários de precatórios de natureza alimentar; e uma lista com os 19 pagamentos realizados desde 01/01/2019. Foram, ainda, publicadas listas relativas ao INSS contendo 17 credores e 09 pagamentos realizados desde 01/01/2019. As listas foram disponibilizadas na área de Precatórios do Portal do Poder Judiciário - Regime Geral. (Asscom TJMA)